



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTO TIRSO

2.ª Revisão



Preâmbulo

Parte I - Enquadramento

Parte II - Execução

Parte III - Inventários, Modelos e Listagens

Anexos

ANEXO I. Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil

Anexo II. Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano

Anexo III. Inventário de Meios e Recursos e Lista de Contactos

ANEXO IV. Listagem de Canais e

Frequências Rádio

Anexo V. Parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)

ANEXO VI. Relatório de Consulta Pública

Anexo VII. Relatório de Execução das Medidas de Operacionalização do Plano

Versão 05 | novembro de 2022

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Santo Tirso
Descrição:	O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Santo Tirso é um documento formal no qual se encontram definidas as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil.
Data de produção:	24 de fevereiro de 2010
Data da última atualização:	8 de novembro de 2022
Versão:	Versão 05
Desenvolvimento e Produção	SMPC, CMST
Coordenador de Projeto:	Célia Fonte Eng.ª Florestal (Coordenadora Municipal de Proteção Civil)
Equipa técnica:	Cristina Miranda Geógrafa Frederico Mascarenhas Eng.º Ambiente Ricardo Ascensão Criminólogo Marta Almeida Administrativa
Estado do documento:	Versão para aprovação da Assembleia Municipal
Nome do ficheiro digital:	00_PME_STO_TIRSO_Preambulo_V05

Esta página foi deixada propositadamente em branco



PREÂMBULO



1. Lista de Acrónimos

2. Referências Legislativas

3. Registo de Atualizações e Exercícios

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Índice

Índice de Quadros.....	8
1. Lista de Acrónimos	9
2. Referências Legislativas.....	14
2.1 Legislação Estruturante	14
2.2 Legislação Orgânica	14
2.3 Legislação Técnico-operacional	17
2.4 Legislação Concorrente	18
2.5 Legislação Diversa	20
3. Registo de Atualizações.....	22
4. Registo de Exercícios	23

Índice de Quadros

Quadro 1: Registo de atualizações ao PMEPC de Santo Tirso	22
Quadro 2: Registo de exercícios do PMEPC de Santo Tirso (exercício CPX “Jesuítas 12” – 21/04/2012) ..	23
Quadro 3: Registo de exercícios do PMEPC de Santo Tirso (exercício CPX “Queda de Neve” – 01/03/2010)	26

1. Lista de Acrónimos

LISTA DE ACRÓNIMOS	
A	
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
AHBV	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
ANAC	Autoridade Nacional da Aviação Civil
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
C	
CB	Corpo de Bombeiros
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOM	Centro de Coordenação Operacional Municipal
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CELOG	Célula Logística
CELOP	Célula Operações
CEPLAN	Célula de Planeamento
CM	Caminho Municipal
CMST	Câmara Municipal de Santo Tirso
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNEPC	Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
COS	Comandante das Operações de Socorro
COS2015	Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2015
CPX	Command Post Exercise (exercícios de posto de comando)
CREPC	Comando Regional de Emergência e Proteção Civil
CSREPC	Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
D	
DCPT	Departamento Central de Polícia Técnica
DGT	Direção-Geral do Território
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGS	Direção Geral de Saúde
DIOPS	Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro

LISTA DE ACRÓNIMOS	
DVI Team	Disaster Victim Identification Team
E	
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
EEEVS	Elementos Estratégicos, Expostos, Vitais e/ou Sensíveis
E-Redes	Distribuição de Eletricidade, S.A.
EGIC Psicossocial	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial
EM	Estrada Municipal
EML-DVI	Equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres
EN	Estrada Nacional
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENF	Estratégia Nacional para a Floresta
ENSR	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
ER	Estrada Regional
ERAS	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ERAV	Equipas Responsáveis pela Avaliação das Vítimas
ERAV-M	Equipa Responsável pela Avaliação de Vítimas Mortais
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
F	
FFAA	Forças Armadas
G	
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPIAAF	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários
I	
IC	Itinerário Complementar
ICARO	Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IP	Itinerário Principal
IP, SA	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRN	Instituto dos Registos e do Notariado

LISTA DE ACRÓNIMOS	
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
ISS	Instituto de Segurança Social
L	
LIVEX	Live Exercise (exercício com meios reais)
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LPC	Laboratório de Polícia Científica
M	
MAI	Ministro da Administração Interna
MP	Ministério Público
N	
NECPRO	Necrotérios Provisórios
NEP	Norma de Execução Permanente
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
O	
ORMIS	Ordens de Missões
OCS	Órgãos de Comunicação Social
P	
PCIP	Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
PCO	Posto de Comando Operacional
PCMun	Posto de Comando Operacional Municipal
PCOC	Plano de Contingência para Ondas de Calor
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PDM	Plano Diretor Municipal
PDDFCI	Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PEA	Plano Estratégico de Ação
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PJ	Polícia Judiciária
PLANCOM	Plano de Comunicações
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMA	Posto Médico Avançado
PME	Plano Municipal de Emergência
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMEPCSTS	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santo Tirso
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água

LISTA DE ACRÓNIMOS	
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNPOT	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
POSIT	Pontos de Situação
PROF	Programas Regionais de Ordenamento Florestal
PROT	Programas Regionais de Ordenamento do Território
R	
REDIS	Relatório Diário de Situação
RELESP	Relatório de Situação Especial
RELGER	Relatório de Situação Geral
RELIS	Relatórios Imediatos de Situação
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
REN	Redes Energéticas Nacionais
RNE	Rede Nacional de Expressos
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
S	
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço Especial de Proteção da Natureza e Ambiente
SF	Sapadores Florestais
SGO	Sistema de Gestão de Operações
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança em Portugal
SITAC	Situação Tática
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMS	Short Message Service
SMT	Serviço Móvel Terrestre
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
STF	Serviço Telefónico Fixo
SVARH	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
T	
TO	Teatro de Operações
TTX	Exercícios de Decisão (Table-Top)

LISTA DE ACRÓNIMOS	
TUA	Título Único de Ambiente
U	
UCI	Unidade de Cooperação Internacional
ULPC	Unidades Locais de Proteção Civil
Z	
ZA	Zona de Apoio
ZAP	Zonas de Apoio Psicológico
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio à Populações
ZCI	Zonas de Concentração e Irradiação
ZCR	Zonas de Concentração e Reserva
ZI	Zona de Intervenção
ZRR	Zona de Receção de Reforços
ZS	Zona de Sinistro
ZRNM	Zonas de Reunião de Mortos

2. Referências Legislativas

2.1 LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE

Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro de 2019 - Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.

Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de março - Revisão do Sistema de Gestão de Operações (SGO).

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 07 de maio - Aprova a diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil e revoga a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 de julho.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, na sua redação atual - Aprova a Lei de Segurança Interna.

Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na sua redação atual - Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, na sua redação atual - Cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) e estabelece a sua estrutura, respetivas competências e funcionamento, bem como normas e procedimentos a desenvolver em situação de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua atual redação - Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.

2.2 LEGISLAÇÃO ORGÂNICA

Portaria n.º 325-B/2021, de 29 de dezembro - Fixa a estrutura e a organização interna da Força Especial de Proteção Civil (FEPC).

Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro - Regula a composição e o funcionamento das equipas de intervenção permanente (EIP), constituídas ao abrigo do n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, na sua redação atual.

Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, na sua redação atual - Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, na sua redação atual - Aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.

Decreto-Lei n.º 113/2018, de 18 de dezembro - Cria a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS), unidade especializada da Guarda Nacional Republicana, definindo a sua missão e âmbito territorial.

Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, na sua redação atual - Estabelece o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português e define aos apoios públicos de que estas podem beneficiar.

Decreto-Lei n.º 40/2015, de 16 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 31/2019, de 1 de março - Aprova os estatutos da Autoridade Nacional da Aviação Civil, anteriormente designado Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., em conformidade com o regime estabelecido na Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes.

Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro - Aprova a Lei Orgânica da Força Aérea.

Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, na sua redação atual - Aprova a Lei Orgânica do Exército.

Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro - Aprova a Lei Orgânica da Marinha.

Lei n.º 28/2013, de 12 de abril - Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional.

Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, que aprova a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, na sua redação atual - Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março, na sua redação atual - Aprova a orgânica do Instituto da Segurança Social, I. P.

Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março, na sua redação atual - Aprova a orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Decreto regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, na sua redação atual - Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária.

Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, na sua redação atual - Aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro, na sua redação atual - Aprova a orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.

Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro, na sua redação atual - Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, na sua redação atual - Aprova a orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I. P.

Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro, na sua redação atual - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna.

Despacho n.º 19734/2009, de 28 de agosto, na sua atual redação - Regulamentação da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB).

Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, na sua redação atual - Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.

Lei Orgânica 1-B/2009, de 7 de julho, na sua redação atual - Aprova a Lei de Defesa Nacional.

Lei n.º 20/2009, de 12 de maio - Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, na sua redação atual - Estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde.

Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual - Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, na sua redação atual - Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, na sua redação atual - Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto - Estabelece o regime jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa e aprova os respetivos Estatutos.

Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, na sua redação atual - Define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território continental.

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual - Define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental.

Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro, na sua redação atual - Consolida institucionalmente o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana.

Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, na sua redação atual - Estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima, as atribuições, a estrutura e a organização da autoridade marítima nacional e cria a Direcção-Geral da Autoridade Marítima.

2.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Declaração n.º 344/2008, de 17 de outubro - Estabelece as normas de funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional.

Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho, na sua redação atual - Cria uma conta de emergência que permite adotar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade pública.

Decreto regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro, na sua redação atual - Articula a ação das autoridades de polícia e demais entidades competentes no âmbito dos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional.

Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, na sua redação atual - Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens.

Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de maio - Estabelece as regras de referência para ativação do estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), sendo aplicável às organizações integrantes daquele Sistema.

Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março, na sua redação atual - Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional.

Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na sua redação atual - Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns

desses atos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério.

Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, na sua redação atual - Regime do estado de sítio e do estado de emergência.

Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro, na sua redação atual - Cria o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro, na sua redação atual - Cria o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

2.4 LEGISLAÇÃO CONCORRENTE

Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro - Define as bases da política do clima.

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual - Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento. Revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho - Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), constituída pela Estratégia 2020-2030 e pela Cadeia de Processos do PNGIFR.

Lei n.º 99/2019, de 05 de setembro - Aprova a primeira revisão ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, que a revoga.

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro de 2016 - Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.

Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, na sua redação atual - Proceda à fusão, por incorporação, da EP - Estradas de Portugal, S. A., na REFER - Rede Ferroviária Nacional, E. P. E., transforma a REFER em

sociedade anónima, redenominando-a para Infraestruturas de Portugal, S. A., e aprova os respetivos Estatutos.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, na sua redação atual - Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição).

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro - Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro.

Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, na sua redação atual - Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas.

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, na sua redação atual - Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE).

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual - Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual - Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual - Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Decreto-Lei n.º 108/2018, de 03 de dezembro, na sua redação atual - Estabelece as competências dos organismos intervenientes na área da proteção contra radiações ionizantes, bem como os princípios gerais de proteção, e transpõe para a ordem jurídica interna as disposições correspondentes da Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de maio, que fixa as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.

Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro - Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.

2.5 LEGISLAÇÃO DIVERSA

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 2/2018, de 20 de junho de 2018 - Aprovação de planos de emergência de proteção civil.

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 26/2016, de 5 de agosto de 2016 - Aprovação de Planos Distritais de Emergência de Proteção Civil e Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil. Aprova a 1.ª Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santo Tirso.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro - Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil.

Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março - Define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite, bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento de estações de uso comum.

Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual - Lei das Comunicações Eletrónicas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2003, de 8 de abril - Redefine as condições de instalação do SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação.

Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho, na sua redação atual - Estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à proteção da exposição a radiações eletromagnéticas e à partilha de infraestruturas de radiocomunicações.

Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro, na sua redação atual - Aprova as bases da concessão do serviço postal universal, a outorgar entre o Estado Português e os CTT - Correios de Portugal, S. A.

3. Registo de Atualizações

Quadro 1: Registo de atualizações ao PMEPC de Santo Tirso

ATUALIZAÇÕES AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTO TIRSO					
Versão	Alteração	Data da Alteração	Data de Aprovação	Entidade Aprovadora	Observações
01	Plano Municipal de Emergência de Santo Tirso	2003		Câmara Municipal de Santo Tirso	Reunião de Executivo Camarário
02	Plano Municipal de Emergência de Santo Tirso	2010	24-02-2010	ANEPC	Aprovado no dia 24 Fevereiro de 2010 - Resolução n.º 4/2010, de 24 de fevereiro de 2010, Diário da República, 2.ª Série
03	Plano Municipal de Emergência de Santo Tirso	2016	08-08-2016	ANEPC	Diário da República, 2.ª série, Resolução n.º 26/2016, de 5 de agosto
04	Plano Municipal de Emergência de Santo Tirso	2022	...	ANEPC	...

4. Registo de Exercícios

O PMEPC de Santo Tirso aprovado pela Resolução n.º 4/2010, de 24 de fevereiro de 2010, Diário da República, 2.ª Série, foi objeto de um exercício em contexto de sala – CPX.

Este exercício de âmbito distrital, designado “JESUÍTA 12”, realizou-se no dia 21 de abril de 2012, nos lugares de Carvalhal, Pé da Serra e Moutela, freguesia de Agrela.

O Exercício foi organizado pela Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil, através do Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto, que envolveu vários meios e recursos, elementos de comando de corporações de bombeiros do distrito do Porto, observadores da Universidade Lusófona do Porto e Técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais dos municípios de Penafiel, Felgueiras, Valongo, Paredes e Vila Nova de Gaia. Teve ainda a colaboração da Equipa de Sapadores Florestais de Santo Tirso (SF 06-113). A escola EB de Agrela cedeu as suas instalações.

Quadro 2: Registo de exercícios do PMEPC de Santo Tirso (exercício CPX “Jesuítas 12” – 21/04/2012)

REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTO TIRSO						
Tipo de Exercício:	TTX		CPX	X	LIVEX	
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do PMEPC de Santo Tirso; ▪ Testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência; ▪ Articulação das várias entidades; ▪ Promover o treino operacional dos agentes de proteção civil, organismos e entidades intervenientes; ▪ Treinar o plano da resposta operacional dos agentes de proteção civil e entidades com intervenção direta neste tipo de teatro de operações (TO) no município; ▪ Avaliar a interação entre agentes de proteção civil e entidades, no âmbito do comando, controlo, comunicação, logística e decisão neste tipo de ocorrência; 					
Cenário:	Incêndio florestal de grandes dimensões, que provocou a evacuação dos residentes dos lugares de Carvalhal, Pé da Serra e Moutela e dos moradores do Complexo Habitacional Municipal de Agrela e deu origem ainda a um incêndio urbano.					
Local:	Lugar de Carvalhal, Pé da Serra e Moutela - freguesia de Agrela. Logística: EB de Agrela					

REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTO TIRSO	
Data:	21-04-2012 / 11:00
Agentes, Organismos e Entidades Envolvidos:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Santo Tirso; ▪ ANEPC (CDOS-Porto); ▪ Estradas de Portugal (atual Infraestruturas de Portugal); ▪ GNR (Posto Territorial de Santo Tirso); ▪ PSP; ▪ PM; ▪ INEM; ▪ Centro Hospitalar do Médio Ave; ▪ Autoridade de Saúde; ▪ Junta de Freguesia de Agrela; ▪ BVT; ▪ BVST; ▪ BVVA; ▪ Escola EB Agrela; ▪ ASVA; ▪ Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Santo Tirso; ▪ Segurança Social de Santo Tirso; ▪ EDP - Energias de Portugal, S.A. (atual E-Redes); ▪ AFN (atual ICNF); ▪ Grupo Portucel Soporcel Florestal (Atual The Navigator Company); ▪ Grupo de escuteiros; ▪ Equipa do Estado-Maior; ▪ Observadores da Universidade Lusófona do Porto ▪ Equipa de fogo controlado - técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais dos municípios de Penafiel, Felgueiras, Valongo, Paredes e Gaia.

REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTO TIRSO	
Meios e Recursos Envolvidos:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ VLCI – GIPS (meio aéreo); ▪ ECT + UPV – AFOCELCA; ▪ Kit – JF da Agrela; ▪ VLCI – SF 06-113; ▪ VLCI – CB de Santo Tirso; ▪ VFCI – CB de Santo Tirso; ▪ VTGC – CB de Santo Tirso; ▪ VCOT – CB de Santo Tirso; ▪ VFCI – CB Paços de Ferreira; ▪ VTTU – CB Paços de Ferreira; ▪ VFCI – CB Valongo; ▪ ABSC – CB Amarante ▪ ABSC – CB Avintes ▪ VFCI – CB Baltar ▪ ABSC – CB Crestuma ▪ ABSC – CB Entre-os-Rios ▪ VLCI – CB Felgueiras ▪ VFCI – CB Gondomar ▪ ABSC – CB Lixa ▪ ABSC – CB Lousada ▪ ABSC – CB Melres ▪ ABSC – CB Paço de Sousa ▪ VLCI – CB Penafiel ▪ ABSC – CB Porto ▪ ABSC – Póvoa Varzim ▪ VLCI – CB Rebordosa ▪ 2 ABSC – CB Santo Tirso ▪ VRCI + VUCI – CB Tirsenses ▪ VRCI – CB Trofa ▪ VLCI – CB Valbom ▪ VUCI – CB Valongo ▪ VLCI + VTTU + ABSC – CB Vila Aves ▪ VFCI – CB Vila Conde
Ensinaamentos Recolhidos:	<p>O exercício permitiu testar o estado de prontidão e eficiência de todos os agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio, sendo que ao longo do exercício foi possível identificar alguns aspetos que deverão ser melhorados em futuros exercícios.</p> <p>Foram identificados e reconhecidos os pontos a melhorar.</p>

Realizou-se também, em 1 de março de 2010, um exercício de âmbito municipal, organizado pelo SMPC de Santo Tirso, tendo o apoio da Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil/CDOS PORTO.

Este exercício teve como cenário a queda de neve na freguesia de Vilarinho. Desenvolveu-se em contexto de sala, no edifício onde funcionava a sede do Serviço Municipal de Proteção Civil (Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Edifício Municipal).

Quadro 3: Registo de exercícios do PMEPC de Santo Tirso (exercício CPX “Queda de Neve” – 01/03/2010)

REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTO TIRSO						
Tipo de Exercício:	TTX		CPX	X	LIVEX	
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exercitar a articulação entre as várias áreas de intervenção, testando sobretudo o sistema de comunicações de escuta permanente com frequência própria; ▪ Operacionalizar a versão atual do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, no concelho de Santo Tirso, na componente da capacidade de resposta imediata face à necessidade de atuação de cada uma das áreas intervenção definidas no Plano; ▪ Exercitar o planeamento e a condução de um exercício CPX de âmbito municipal por parte da Câmara Municipal de Santo Tirso; ▪ Testar a estrutura de comando e controlo e a arquitetura dos sistemas de comando, comunicações e apoio à decisão. ▪ Avaliar a necessidade de transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis e se é ajustado ao número de viaturas disponíveis; ▪ Avaliar a eficiência e disponibilidade da maquinaria para desobstruir as principais vias de comunicação; ▪ Avaliar o acesso e a disponibilidade de instalações climatizadas e agasalhos; ▪ Verificar a necessidade de utilização de produtos anticongelantes nos equipamentos utilizados, nomeadamente combustíveis e outros componentes vitais ao funcionamento de vários tipos de equipamento; ▪ Avaliar a eficiência dos procedimentos para recolha do sal; ▪ Avaliar a hierarquização dos locais prioritários de intervenção. 					
Cenário:	<p>Considerou-se um cenário, de crítica gravidade, associados a condições meteorológicas adversas – queda de neve, ventos fortes – onde foram identificadas as prioridades de ação, os recursos a mobilizar e as medidas a adotar em função dos danos previsíveis.</p> <p>Queda de Neve impede acessos ao Centro Social e Paroquial de Vilarinho (Centro de Dia); EB1/JI de Paradela e a algumas habitações. Acesso condicionado durante toda a noite.</p> <p>O forte vento leva à queda de um poste de média tensão, ficando os edifícios em questão sem eletricidade.</p>					
Local:	Vilarinho					
Data:	1 de março de 2010					

REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTO TIRSO	
Agentes, Organismos e Entidades Envolvidos:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SMPC; ▪ CDOS; ▪ GNR; ▪ PSP ▪ PM; ▪ Corpos de Bombeiros; ▪ Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Santo Tirso; ▪ Segurança Social de Santo Tirso; ▪ EDP - Energias de Portugal, S.A. (atual E-Redes); ▪ Portugal Telecom; ▪ Junta de Freguesia de Vilarinho; ▪ Nova Rádio Voz de Santo Tirso; ▪ Empresa de fornecimento de serviço de catering.
Meios e Recursos Envolvidos:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sal (para as estradas); ▪ Alojamentos disponíveis; ▪ Agasalhos, geradores, sacos-cama; ▪ Alimentação; ▪ Empresa de catering; ▪ Motoristas experientes; ▪ Transportes todo terreno para evacuarem pessoas.
Ensinamentos Recolhidos:	<p>Este exercício visou melhorar a mobilização e coordenação dos vários intervenientes em situações de emergência decorrentes do cenário previsto, testando sobretudo as comunicações aliadas a procedimentos, avaliando as falhas e mitigando deficiências ao longo do exercício, através da adoção de medidas corretivas e/ou preventivas.</p> <p>As ações corretivas podem levar a alterações nos planos, procedimentos, equipamento, instalação e formação, que são novamente testados durante os exercícios subseqüentes.</p> <p>Os exercícios permitem igualmente a identificação de estrangulamentos no sistema.</p>